

Estudo Técnico Preliminar 14/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08118001179/2023-10

2. Descrição da necessidade

DEDETIZAÇÃO

2.1. O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Controle Sanitário de ambiente, que abrange desinsetização, desratização, descupinização ou algum caso de epidemia oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos.

2.2. A Penitenciária Federal em Campo Grande se encontra próxima ao aterro sanitário, além de ser uma extensão considerada como de vegetação nativa. Devido às peculiaridades dessa área, a região sofre com invasão de insetos, animais peçonhentos e diversas pragas, tais como: formigas, cupins, baratas, pulgas, ratos e aranhas, etc. Destarte, a referida contratação tem por finalidade efetivar o controle de invasores nas áreas desta Unidade Penal Federal.

2.3. Um dos principais objetivos da contratação em tela é garantir medidas preventivas e corretivas destinadas ao controle de pragas nas dependências da PFCG. Além disso, a dedetização também é importante para garantir a conformidade com as normas sanitárias e ambientais, que estabelecem regras para o controle de pragas urbanas em espaços públicos.

2.4. Essa demanda visa mitigar os efeitos prejudiciais à saúde dos servidores, prestadores de serviço, colaboradores eventuais, membros da pastoral da igreja local e presos custodiados. É cediço que muitas dessas doenças transmitidas por esses vetores causam sérios problemas de saúde, podendo, em alguns casos, chegar a óbito.

2.5. Essas doenças de transmissão vetorial são consideradas como problemas sérios de saúde pública. As evidências sugerem que a variabilidade climática tem apresentado influência direta sobre a biologia e a ecologia de vetores e, consequentemente, sobre o risco de transmissão das doenças veiculadas por eles.

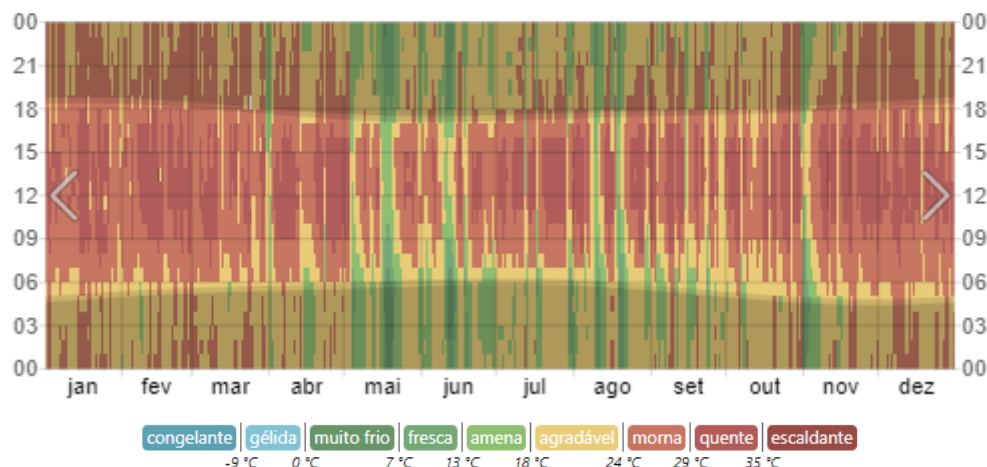
2.6. A proliferação de pragas e vetores está associada a climas quentes e úmidos. Isso ocorre porque essas condições climáticas fornecem um ambiente ideal para o desenvolvimento e reprodução de muitas espécies de pragas e vetores. As altas temperaturas e a umidade elevada favorecem a reprodução de mosquitos, como o *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya. As condições quentes e úmidas também são favoráveis para o desenvolvimento de baratas, formigas, cupins, pulgas e carrapatos.

2.7. Além disso, as chuvas frequentes em regiões quentes e úmidas criam áreas de água parada, como poças e pneus velhos, que se tornam locais de reprodução para mosquitos e outros insetos. Isso aumenta ainda mais o risco de infestação de pragas e a disseminação de doenças transmitidas por vetores.

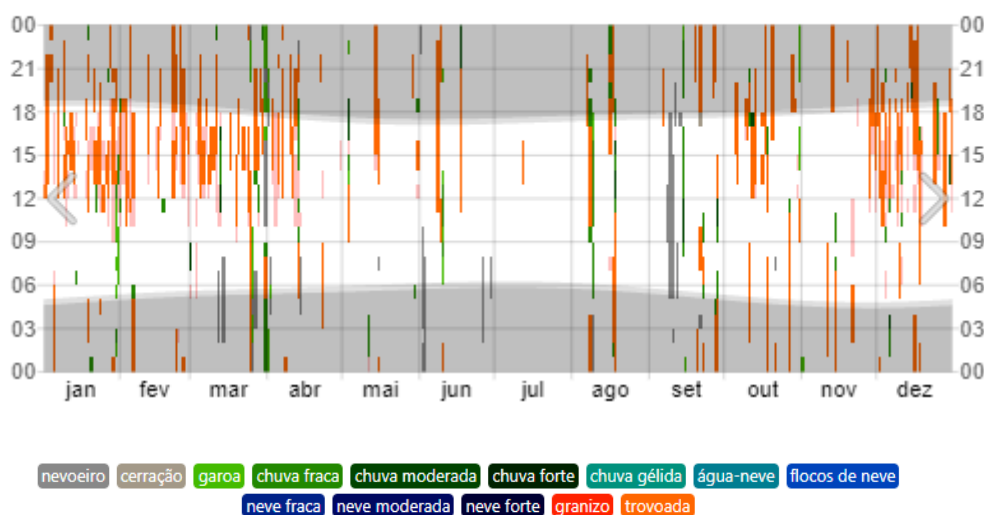
2.8. Portanto, é importante que locais com clima quente e úmido estejam especialmente atentos ao controle de pragas e vetores, realizando ações de prevenção e controle para reduzir a população desses animais e minimizar os riscos à saúde pública.

2.9. A cidade de Campo Grande-MS, onde se situa a PFCG possui um histórico de altas temperaturas e por vezes o clima abafado pode contribuir para a proliferação de vetores e pragas, especialmente em combinação com outros fatores, como a umidade e a disponibilidade de alimento, conforme gráficos demonstrados abaixo:

Temperatura horária em 2022 em Campo Grande



Condições meteorológicas observadas em 2022 em Campo Grande



Fonte: © WeatherSpark.com

2.10. O ar abafado pode aumentar a umidade do ambiente, criando condições favoráveis para o desenvolvimento e a reprodução de muitas espécies de pragas, como baratas e mosquitos. Além disso, o ar abafado também pode afetar a qualidade do sono das pessoas, levando-as a abrir janelas e portas para ventilar o ambiente. Isso pode facilitar a entrada de insetos em ambientes internos, aumentando o risco de infestação.

2.11. Portanto, é importante que, em ambientes abafados, sejam tomadas medidas de prevenção e controle de pragas e vetores, como a limpeza e eliminação de possíveis criadouros de mosquitos, além do uso de repelentes e telas de proteção em janelas e portas.

2.12. Salienta-se ainda que o artigo 12 da Lei 7.210, de 11 de Julho de 1984 (Lei de Execução Penal), estabelece que é dever do Estado dispor de instalações higiênicas aos presos:

Art. 12 - A Assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. (grifei)

2.13. Ademais, o prazo de vigência do contrato atual encerra-se em 16/10/2023, não sendo possível sua prorrogação, devido aos 60 meses decorridos, conforme dispõe o art. 57, II, da Lei 8.666/93.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
JULIANO DIAS	CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PFCG

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. São requisitos necessários à contratação para serviços continuados sem mão de obra exclusiva, tais como:

4.1.1. Possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro do profissional junto ao respectivo conselho, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010;

4.1.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.1.3. Até 10 (dez) dias corridos após o início da execução contratual, a empresa deverá entregar ao Fiscal do Contrato levantamento de toda a área da Penitenciária, informando sobre as ocorrências de pragas.

4.1.4. Devido às peculiaridades do estabelecimento penal, as quais podem acarretar um prolongamento na execução do serviço, cada aplicação deve ser executada em até 05 (cinco) dias corridos, após a entrega do levantamento mencionado no item anterior.

4.1.5. A empresa CONTRATADA, após o levantamento da praga a ser tratada - ou de forma preventiva - deverá operar com produto adequado, observando a eficácia, no intuito de evitar repetição da aplicação por falha do produto.

4.1.6. A repetição, tanto por falha na aplicação, quanto na eficácia do produto, não trará ônus à Administração Pública.

4.1.7. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e habilitados, sob a supervisão direta da empresa prestadora dos serviços, obedecendo rigorosamente aos procedimentos recomendados pelos fabricantes e às demais normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes. Deverão ser realizados com acompanhamento técnico e compreenderão aplicações: intrafocal e perifocal, no que couber, com averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço, tantas vezes quanto sejam necessárias, até a obtenção de um resultado eficaz.

4.1.8. Durante a execução contratual, a Direção da Penitenciária Federal ou o Gestor Contratual poderá NOTIFICAR A empresa prestadora dos serviços a comparecer na Unidade Penal, a qualquer tempo, com a finalidade a empresa relacionados ao objeto do Termo de Referência, sem ônus para a contratante. A empresa deverá atender a solicitação da Contratante em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

4.1.9. Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar a segurança e salubridade aos seres humanos.

4.1.10. A Contratada deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Penitenciária, em todos os casos, apresentando listagem dos empregados executores dos serviços, com nome, RG e CPF, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias anterior ao acesso a Unidade Federal.

4.1.11. Os empregados da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI'S) durante a prestação de serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas.

4.1.12. Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se em demais normas vigentes. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.

4.1.13. A CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

4.1.14. Os serviços a serem executados deverão contemplar o fornecimento de todo material, ferramentas, utensílios e equipamentos, devendo ser realizados em toda área interna e externa da Unidade Federal.

4.1.15. Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os e atender às isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas exigências legais para o transporte de produtos perigosos.

4.1.16. O transporte dos produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidades, distâncias ou formulações.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Não há solução única no mercado para a prestação do serviço de Controle Sanitário de ambiente, que abrange desinsetização, desratização, descupinização ou algum caso de epidemia oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos, nas dependências da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS. Em breve pesquisa na internet constatou-se uma diversidade de produtos, fornecedores e fabricantes que disponibilizam soluções ao controle sanitário eficiente.

5.1.1. **Solução 1:** Contratação do serviço com dedicação de mão de obra e fornecimento de material, equipamentos e utensílios incluso. **Descrição:** Este tipo de aquisição engloba juntamente com a mão de obra contratada os materiais inerentes à execução dos serviços, além disso a metodologia de apuração dos valores é com base em posto de serviço com o fornecimento dos materiais. Modelo já difundido no mercado e utilizado por alguns entes da Administração que necessitam diariamente do serviço de jardinagem e manutenção da área verde.

5.1.2. **Solução 2:** Contratação do serviço sem dedicação de mão de obra e fornecimento de material, equipamentos e utensílios incluso. **Descrição:** Este tipo de aquisição engloba juntamente com a mão de obra contratada os materiais inerentes a execução dos serviços, no entanto, não há disponibilização de um colaborador exclusivo para Administração, a realização do serviço é feito por demanda da Unidade Federal.

5.2. Análise das alternativas existentes e justificativa de escolha:

5.2.1 Ao observar as soluções acima, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela **Solução 2**, uma vez que atende as determinações legais, reduz a dedicação de força de trabalho da Secretaria Nacional de Políticas Penais, facilitando a gestão contratual, pois, não há alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, gerando economia à Administração, tendo em vista que o serviço será realizado por demanda da Penitenciária Federal.

6. Descrição da solução como um todo

6.1.A Contrata ficará obrigada a fazer os seguintes serviços:

6.1.1. A empresa prestadora dos serviços deverá fazer **06 (seis) aplicações anuais** – a ser executada bimestralmente- para os serviços de DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO, respeitando o limite exarado no Art. 4, inc. II da RDC nº 52, de 22 de Outubro de 2009, da ANVISA.

6.1.2. O serviço de DESCUPINIZAÇÃO e/ou caso assemelhado de EPIDEMIA oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos será realizado mediante ORDEM DE SERVIÇO, de acordo com o levantamento realizado e o tratamento adequado, **em número máximo 04 (quatro) chamadas anuais**, realizadas pela Penitenciária Federal.

6.2. Espera-se com esta nova contratação os seguintes efeitos:

- Otimização da forma de trabalho dos autores envolvidos na gestão e na fiscalização do contrato;
- Atendimentos a todos os preceitos legais vigentes;
- Minimizar chances de inadimplemento contratual por parte da Contratada que possam gerar desgastes ou custos para Administração;
- Garantir a boa execução dos serviços de controles de vetores e pragas urbanas, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;

- Economia de escala ao agrupar os itens em lotes.
- Aplicar nas instalações internas e externas solução de inseticida de ação residual, com a finalidade de impedir a instalação e proliferação dos insetos, roedores, aracnídeos e cupins;
- Confeccionar LAUDO TÉCNICO A CADA PROCEDIMENTO REALIZADO discriminando produtos utilizados, níveis de infestação, gráficos, registro de não conformidades, medidas corretivas recomendadas;
- Ter um ambiente salubre aos servidores, colaboradores, visitantes e internos custodiados minimizando os índices de proliferação de bactérias, surgimentos de insetos e outros tipos de animais que possam transmitir doenças advindas da não prestação do serviço de desinsetização, desratização e descupinização.
- A prestação do serviço será efetuada na Penitenciária Federal em Campo Grande-MS

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	Local	Unidade de Medida	Quantidade	CATSER	Valor Unitário Máximo Aceitável
1	1	DESINSETIZAÇÃO , para extermínio de aranhas, escorpiões, baratas, formigas, traças, pulgas, carrapatos e outros insetos rasteiros e voadores. <u>Método de aplicação</u> : aplicação de isca em gel, pó químico, pulverização desalojante e residual e/ou utilização de armadilhas para monitoramento de acordo com infestação local, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009. <u>Dose</u> : de acordo com as especificações do fabricante. <u>Eficácia</u> : 60 dias.	Interna	m²	+/- 12.688,93 m²	3417	Será definido na pesquisa de mercado
	2	DESRATIZAÇÃO , para extermínio de ratos. <u>Método de aplicação</u> : pó, iscas seguras com porta isca tipo reservatório fixada no chão com tampa lacrada com chave e placa de colagem, atóxica, para camundongos, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009. <u>Dose</u> : de acordo com as especificações do fabricante <u>Eficácia</u> : 60 dias	Interna	m²	+/- 12.688,93 m²	3417	
	3	DESCUPINIZAÇÃO , tratamento contra cupins e brocas. <u>Método de aplicação</u> : injeção de calda de cupinícida a base de solvente orgânico, barreiramento químico, aplicação de pó químico e monitoramento através de iscas em estações apropriadas, de acordo com infestação local, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009.	Interna / Externa	Por Demanda	+/- 38.083,50 m² No máximo 04	3417	

		Dose: de acordo com as especificações do fabricante. Eficácia: 60 dias			aplicações por ano	
4		EPIDEMIAS oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos. <u>Método de aplicação:</u> com aplicação de produto necessário e eficaz ao controle da epidemia, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Dose: de acordo com as especificações do fabricante. Eficácia: 60 dias.	Interna /Externa	Por Demanda	+38.083,50 m ² No máximo 04 aplicações por ano	3417

Observação 1) Para os itens 1 e 2, utilizamos a metragem de área construída; Para o 3, a área de projeção total.

Observação 2) A dimensão foi baseada nos projetos disponíveis "in loco".

7.2. As áreas a serem atendidas pelos serviços são: Copa; Corredores; Salas do bloco administrativo; Área de espera de visitas; Paiol; Almoxarifado; Alojamentos Masculino e Feminino; Banheiros; "Rodoviária"; Posto 1, Posto 2 e Posto 3; Setor de saúde; Setor de reabilitação; Vivências A, B, C e D, totalizando 208 celas, inclusive o *shaft*; Garagem; Celas de inclusão e triagem; Caixas de fiação e caixa de esgoto; Torres 1,2,3 e 4; Sala do gerador; Casa de máquinas; Estação de tratamento de esgoto; Castelo d'água.

7.3. Todas as áreas devem ser objeto de ação do controle de vetores e pragas urbanas, inclusive paredes, tetos, grades, forros, telhados e rodapés, sem prejuízo de demais extensões que porventura a prestadora de serviço entenda ser necessário para efetuar tal controle.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. As estimativas dos valores da presente contratação deverão seguir as normas vigentes relacionadas a elaboração de Pesquisa de Mercado, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021.

8.2. O processo vigente para contratação de empresa especializada no Controle de Vetores e Pragas, Processo SEI (08118.000425/2018-41), cujo valor do contrato anual está atualizado em R\$ 10.099,80 (dez mil e noventa e nove reais e oitenta centavos), está em seu 4º Termo Aditivo, com vigência de 16/10/2022 a 16/10/2023.

8.2. O preço anual estimado para a nova contratação será de R\$ 37.980,96 (trinta e sete mil novecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Tendo em vista a recomendação do TCU de que as compras devem ser divididas em tantos itens (etapas ou parcelas) quantos se comprovarem técnica e economicamente viáveis, o critério de julgamento será o de **menor preço global**, pois os serviços possuem interdependência, fator que será melhor administrado mediante único contrato.

9.2. Em atendimento à Súmula 247 do TCU, os itens foram agrupados em lote, objetivando ampliar o universo de licitantes, não gerar prejuízo ao conjunto ou complexo que será licitado e nem perda de "economia de escala". Observa-se o teor da Súmula 247, a seguir:

*Súmula nº 247 TCU: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução,*

fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9.2.1. Cumpre-nos enfatizar, ainda, que a opção mencionada justifica-se, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, a qual encontra-se prevista no art. 23, §1º da Lei 8.666/93, sendo necessário registrar que a natureza dos serviços, objeto da presente contratação, requer a opção do critério de julgamento acima citado, em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que ocorrerá uma eficiente execução e controle do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços que possuem interdependência.

9.3. Os critérios técnicos e econômicos que embasaram a decisão da Penitenciária Federal em Campo Grande no agrupamento de itens em lote foram:

9.3.1. A natureza da contratação do serviço a ser executado foi o critério usado para a divisão dos itens e o agrupamento destes em único lote, pois a divisão em itens comprometeria a qualidade dos serviços prestados bem como a responsabilização dos fornecedores em possíveis casos fortuitos, caso várias prestadoras atendessem a demanda.

9.3.2. Além do exposto acima, frisa-se ainda que a licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade dos serviços, haja vista que o gerenciamento do contrato irá permanecer todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Nesse ponto, as vantagens seriam o maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, a maior interação entre as diferentes fases dos serviços, concentração da responsabilidade pela execução dos serviços em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.

9.3.3. No diapasão da segurança, o ingresso de empresas diferentes numa unidade de segurança máxima andaria na contramão dos objetivos institucionais e excelência demonstrados pelo Sistema Penitenciário Federal (SPF).

9.4. Há de se considerar que o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

9.5. Colabora para este entendimento o Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara, onde informa que “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”. Neste entendimento o relator enfatiza que a economicidade deve ser observada durante a licitação, como também durante a atividade administrativa para sua formalização, conforme pode ser constatado no texto abaixo extraído do Acórdão supracitado:

6. “Nessa esteira, não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da razoabilidade e da economicidade. No caso concreto que se examina, a adjudicação por itens, nos termos defendidos pela representante, implicaria na necessidade de publicação de 415 Atas de Registro de Preços diferentes, com indubitável custo administrativo para sua formalização, publicação e gerenciamento. A divisão do objeto em lotes, na forma realizada, deverá resultar na publicação de apenas 15 Atas de Registro de Preços, conforme informou o Pregoeiro”. 7. “Assim, e considerando que os lotes são compostos por itens de uma mesma natureza, não vislumbro qualquer irregularidade...”

7. “Assim, e considerando que os lotes são compostos por itens de uma mesma natureza, não vislumbro qualquer irregularidade...”

9.6. Recente entendimento exarado no Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara, do relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, defende que é legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

9.7. Conforme o exposto, agrupando-se os itens em lote, afasta-se a figura da inviabilidade de competição, pois os agrupamentos consideram objetos de mesma natureza, que guardam relação entre si e são fornecidos por um vasto rol de empresas que atuam no ramo de mercado, correspondente. Não obstante, no caso de formação por Lote, poderá o fornecedor ofertar valores menores uma vez que seus custos com frete e estoque poderão ser diluídos entre vários itens do Lote, colaborando para a economicidade da aquisição.

9.8. Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada em itens, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas da instituição, bem como seu alinhamento ao interesse de todos que laboram nas Penitenciárias:

"Acórdão 1.521/2003-TCU-Plenário: a licitação deve ser precedida de minucioso planejamento, realizado em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com o seu plano diretor do Departamento Penitenciário Nacional, em que fique precisamente definido, dentro dos limites exigidos na Lei nº 8.666/93, os produtos a serem adquiridos, sua quantidade e o prazo para entrega das parcelas, se houver entrega parcelada."

12.2. Por tratar-se de serviço essencial, a contratação em comento se alinha aos planos da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS e da Secretaria Nacional de Políticas Penitenciárias.

12.3. A presente contratação encontra-se prevista no PGC 2023, conforme Documento de Formalização de Demanda nº 78/2022, conforme documento SEI nº 23812588.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Os resultados pretendidos em uma contratação de empresa de dedetização são a eliminação ou controle de pragas, como insetos, roedores e outros animais que possam estar prejudicando a saúde e a segurança das pessoas ou causando danos à propriedade.

12.2. Além disso, espera-se que a empresa de dedetização utilize métodos e produtos seguros e eficazes para o controle das pragas, garantindo a proteção da saúde das pessoas, animais de estimação e do meio ambiente. A empresa também deve seguir as normas e regulamentações de segurança e saúde do trabalho, bem como ter uma equipe qualificada e treinada para realizar os serviços de dedetização de forma segura e eficiente.

12.3. Outro resultado esperado é a prevenção de futuras infestações de pragas, por meio da identificação e correção das condições favoráveis ao desenvolvimento das pragas, bem como o fornecimento de orientações e recomendações aos clientes para a prevenção de novas infestações.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Utilizar ao longo das instalações internas e externas solução de inseticida biodegradável, inodoro e de ação residual, regulamentados e aprovados pela ANVISA, com a finalidade de impedir a instalação e proliferação dos insetos e pragas.

13.2. Em áreas que necessitam de vigilância contínuas os produtos serão aplicados sem que as pessoas necessitem desocupar o ambiente, exceto em casos extraordinários MEDIANTE AVISO PRÉVIO DA CONTRATADA e com a devida autorização do fiscal/gestor do contrato.

CUIDADOS ANTES DA DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE EPIDEMIAS:

- Retirar os alimentos, louças e utensílios dos armários da cozinha e colocá-los sobre uma mesa, cobrindo-os com forro;
- Retirar as roupas, toalhas, lençóis e edredons dos armários, principalmente em casos de infestações com traças, já que se faz necessária a pulverização em todo o armário;
- Pessoas alérgicas, crianças, idosos e gestantes não devem estar presentes no momento da aplicação, bem como animais e plantas sensíveis.

CUIDADOS DEPOIS DA DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE EPIDEMIAS:

- O ambiente objeto desse contrato deve permanecer ventilado por um período mínimo de 60 minutos;
- Aplicar produtos de limpeza somente após 72 horas. Após 4 horas, é permitido passar um pano úmido;
- Pessoas alérgicas, crianças, idosos, gestantes, animais domésticos e plantas sensíveis devem permanecer fora do ambiente por um período mínimo de 24 horas. As demais pessoas, por um período mínimo de 4 horas. Conforme o exposto, não há necessidade de maiores adaptações quanto ao ambiente do Órgão, sendo os aspectos técnicos a serem os únicos a serem tratados diretamente junto ao fiscal técnico do contrato a ser celebrado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental dessa contratação, estão previstas no Art. 5º da Lei 14.133/2021, e no Art. 2º § único do Decreto nº 9.178/2017, além da IN 01/2010, em seu Art. 1º. Tem ainda fundamento no Art. 225, caput, Art. 170, inc. VI da Constituição Federal de 1988.

14.2. Os procedimentos de aplicação, descarte de vasilhames de produtos para desinsetização e demais ordens de execução do controle de pragas urbanas deverão obedecer ao previsto na Portaria 09 de 16/11/2000 e Resolução ANVISA RDC 52 de 22/10/2009.

14.3. Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) RDC 52, de 22/10/2009.

14.4. Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

14.5. Não utilizar produtos que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.7. Acondicionar os produtos preferencialmente em embalagem individual, adequada com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

14.8. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

14.9. Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Após este estudo preliminar verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do desempenho das atividades regulares da Penitenciária Federal, devido a regular manutenção do Controle de Vetores e Pragas Urbanas, além é claro da preservação e manutenção do patrimônio público. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto que é uma **contratação viável**.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA

Chefe do Serviço de Licitações e Contratos da PFCG



Assinou eletronicamente em 06/07/2023 às 12:53:14.

THIAGO LUIS DE SOUSA AMARAL

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/07/2023 às 16:35:29.

MONICA MARIA VIANA RAMOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/07/2023 às 15:14:59.

VITOR OLIVEIRA ORTIZ

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD 78 2022 DEDETIZAÇÃO - PGC 2023.pdf (43.48 KB)

Anexo I - DFD 78 2022 DEDETIZAÇÃO - PGC 2023.pdf

Número do Documento de Formalização da Demanda: 78/2022

1. Informações Básicas

Área requisitante

Penitenciária Federal de Campo Grande

Descrição sucinta do objeto

DEDETIZAÇÃO

Justificativa da prioridade

A contratação justifica-se pela necessidade de controle de pragas e vetores

Data da conclusão da contratação

16/10/2023 01:00

UASG Editado por

200600 ANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA

2. Justificativa de necessidade

2.1. A PFCG se encontra próxima ao aterro sanitário, além de ser uma extensão considerada como de vegetação nativa. Devido às peculiaridades dessa área, a região sofre com invasão de insetos, animais peçonhentos e diversas pragas, tais como: formigas, cupins, baratas, pulgas, aranhas, etc.).

2.2. Destarte, a referida contratação tem por finalidade efetivar o controle de invasores nas áreas desta Unidade Penal Federal.

2.3. Garantir medidas preventivas e corretivas destinadas ao controle de pragas nas dependências da PFCG.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES	DESINSETIZAÇÃO / DESRATIZAÇÃO / DEDETIZAÇÃO	1,00	15.000,00	15.000,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA

Agente Federal de Execução Penal

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data
1	alteração da terceira janela	ANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA	23/02/2023 13:58
2	Alteração na terceira janela.	RAFAEL ANDRADE RIGAUD DE JESUS	17/02/2023 11:17

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.